

Defesa Civil lideram Consulta Popular

Perfil



Bruna Mariana Blos Hepp é advogada, mestre em Direito e especialista em Gestão de Projetos e Metodologias Ágeis. Atua na coordenação da Consulta Popular há 6 anos, como diretora do Departamento de Articulação Regional e Participação (Darp) da Secretaria de Planejamento, Governança

e Gestão (SPGG). Coordena na Consulta Popular gerenciando os processos de participação cidadã e orçamento. Tem experiência anterior como vereadora e assessora parlamentar, com atuação em processos legislativos, tramitação de projetos de lei e interface entre o poder público e a comunidade.

ano, e a gente conseguiu colocar mais R\$ 75 milhões, que eram de projetos que não tinham sido pagos, e que podiam simplesmente morrer, mas a gente colocou de novo no orçamento. Então, esse ano a gente tem mais de R\$ 120 milhões no orçamento, que era de R\$ 60 milhões do ano passado, e mais esses R\$ 70 e poucos milhões, quase R\$ 80 milhões. Esse é o valor do orçamento, que são R\$ 60 milhões dos projetos do ano passado que foram eleitos e tem outros aí perdidos. Quando mudou a questão da gestão dos municípios (nas eleições de 2024), sempre tem que atualizar a documentação do prefeito, aí a Secretaria do Estado manda um e-mail solicitando, e aí o servidor não está mais lá. Então, acaba virando uma bola de neve.

JC - Depois das assembleias iniciais, as propostas passam por análise técnica. Qual é a metodologia para habilitar os pedidos?

Bruna - Funciona assim: a população encaminhava a proposta, e não precisava ser nada muito bem escrita, e quando eles encaminhavam, escolhiam a secretaria,

Então, digamos: pediu uma máquina agrícola, vai para a Secretaria da Agricultura. A gente recebia aqui no departamento e encaminhava para a secretaria. Cada secretaria tem dois interlocutores, que são dois responsáveis pela Consulta Popular, então eles faziam uma análise prévia dessa proposta. Se não tem essa análise prévia, a pessoa vai lá, coloca uma ponte de R\$ 5 milhões, e o recurso do Corede não é esse valor. Elegem isso na assembleia e vai para a cédula. Aí está eleito e tem que fazer a proposta, e chega no Estado e a gente não tem como fazer isso. Então, a gente faz essa análise prévia para também ter uma obrigação, digamos assim, da secretaria executar depois, porque ela disse que tem como executar. Eles analisam se a proposta do cidadão está no PPA (Plano Plurianual), se é de execução do Estado, porque pode ser que venha uma proposta para asfaltar a rua da casa da pessoa, e é (de execução) municipal. (Analisam) se está dentro dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), fazem essa pré-análise. E também se está dentro das áreas,

porque as propostas de Saúde, Segurança e Educação já são indeferidas automaticamente.

JC - Qual o motivo para não ter estas três áreas na Consulta?

Bruna - Todos os Coredes reunidos têm uma diretoria que se chama Fórum dos Coredes - todos os 28 Coredes se reúnem e se forma isso. Eles definiram em 2019, junto com o governo, que Saúde, Segurança e Educação, tudo é obrigação do Estado, obviamente, mas não era mais o momento da população ter que votar para um policial ter um colete. Isso é uma obrigação do Estado, e áreas que faziam com que as regiões se desenvolvessem, como turismo, agricultura, elas acabavam ficando fora. Então as escolas, elas lotavam para votos, e a gente tinha mais participação quando tinham essas 3 áreas.

JC - Diminuiu a participação quando retiraram estas três áreas?

Bruna - Não diminuiu muito, mas nas assembleias, se perguntar para policiais, pessoal das escolas e da saúde, eles vão dizer: 'a gente ia de ônibus votar para ter um colete, ter arma, enfim'.

JC - E na sua opinião, é positivo que tenham sido retiradas Saúde, Educação e Segurança da Consulta?

Bruna - Eu acredito que sim. É positivo, porque a gente conseguiu fazer um desenvolvimento maior nas regiões, e em outras áreas. Isso porque o Estado também conseguiu colocar a saúde em dia, a segurança está melhor. Então não foi algo que tiraram da Consulta e ficou pior porque não está na Consulta. A gente conseguiu dar atenção para outras áreas também.

JC - Como funciona a divisão dos recursos a serem destinados a cada um dos Coredes?

Bruna - Esse valor dos R\$ 60 milhões é dividido 80% de acordo com o Idese de cada uma das 28 regiões. O Idese é o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado. E 20% de forma igualitária entre os Coredes. Então, tem regiões que recebem mais, que seria (em torno de) R\$ 2,2 milhões, e as regiões que recebem menos é R\$ 1,8 milhão. Quanto maior o índice de desenvolvimento, menor o valor. A região mais carente, digamos a Fronteira Oeste, por exemplo, que pega Uruguaiana e São Borja, é uma região mais pobre, então eles acabam recebendo mais.

JC - Qual o balanço das consultas populares realizadas nesta gestão?

Bruna - Olha, a gente teve uma participação maior da população. Até essa questão das propostas é algo que deixa bem nítido que a gente teve um super aumento em relação ao ano passado, que a gente aumentou 75% (a quantidade de propostas enviadas), e eu acho que isso se deve muito à questão da credibilidade da consulta. No momento em que a população começa a ver que os projetos da consulta acontecem, ela vai depois de novo e vai votar. Agora, a gente recebeu o governo com muito passivo, então a gente fez um acordo logo no início com os Coredes para fazer um parcelamento desses passivos e a gente está conseguindo fazer o pagamento disso. E no momento em que um cidadão vota para uma demanda, e ele vê que o município dele recebeu aquilo, ele vai querer depois no próximo ano votar de novo, porque ele viu que funciona. Então eu acho que o governo ele deu muita visibilidade para a Consulta, principalmente nessa questão de credibilidade e de orçamento. Claro que pensando que são só R\$ 60 milhões para a

consulta, mas na verdade são mais de R\$ 120 milhões no orçamento, porque a gente não deixou os projetos dos anos anteriores, mesmo os que não eram do governo, a gente não deixou de lado, e teve o compromisso de pagar. Porque a consulta não é um projeto de governo, ela é um projeto de Estado, então ela tem que funcionar independentemente do governo que venha.

JC - E há projetos que geram custo de mais de um exercício para o Estado. Por exemplo, uma proposta para construção de um espaço que pode levar mais de um ano para ser concluída?

Bruna - Não vai gerar custo para o Estado. Por exemplo, se o município ou a região quiser criar um centro de acolhimento à mulher, eles vão querer construir aquilo ali, vão mandar o projeto, o estado vai dar o dinheiro para construir aquilo ali. Claro que vai ter uma manutenção, mas quem vai ser responsável por isso vai ser o município ou um consórcio. Tem um exemplo de uma usina asfáltica na região Nordeste, e eles fazem sempre projetos regionais, eles elegem uma demanda só. Então eles compraram uma usina asfáltica, e isso faz com que os municípios gastem 30% a menos para asfaltar, porque eles contratam através desse consórcio que comprou a usina. Em uma Consulta eles compraram a usina, na consulta seguinte eles compraram caminhões para deixar ali na usina. Então podem ir fazendo assim: etapa 1, etapa 2. Mas não é algo que vai ficar para o Estado depois ir pagando. É naquele ano que tem que se resolver.

JC - Acredita que o Estado deve intensificar medidas de participação direta da população?

Bruna - Sempre é importante a população participar, se sentir dentro do governo. Nosso setor viaja o Estado inteiro duas vezes, primeiro nas assembleias iniciais e depois quando eles vão montar a cédula deles, que iniciam agora, dia 17 de junho, as assembleias novamente. É gratificante a gente verificar que tem uma senhorinha que nem precisava estar na assembleia, mas ela está lá, porque ela acha importante essa participação, acha importante o voto dela para escolher uma demanda que vai para a cédula. Então, quanto mais a população participa, eu acho que fica mais importante para que o governo saiba onde colocar os valores, onde o orçamento deve ser prioridade nas regiões.